



ARTIGO

AS OCUPAÇÕES DA POPULAÇÃO DO BRASIL NO SÉCULO XVII: UMA TENTATIVA DE ESTANDARDIZAÇÃO^{1 2}

Contato
Via Panorâmica, s/n
4150-564 – Porto – Portugal
andradediogo_89@hotmail.com

 Diogo Andrade Cardoso³
Universidade do Porto
Porto – Portugal

Resumo

O presente artigo procura fazer um levantamento das ocupações detetadas no Brasil, ao longo do século XVII, essencialmente nos processos inquisitoriais. De forma a abrir a investigação relativa às ocupações exercidas nesta sociedade colonial a comparações de ordem global, foi aplicado o *Historical International Standard Classification of Occupations* (HISCO). Esta metodologia é aplicada pela primeira vez ao Brasil da época moderna. Com os resultados obtidos foram feitas análises à distribuição das ocupações pela população, em vários níveis de descrição. O objetivo do artigo é demonstrar as necessidades ocupacionais das diferentes capitanias brasileiras ao longo do século e sob diversas conjunturas. A investida portuguesa em direção ao sertão a partir de alguns centros de povoamento costeiros, acompanhada pelo incremento das necessidades militares que este processo causou, é uma das evidências. A evolução de uma economia fortemente ligada à produção de açúcar, com contingentes humanos, sobretudo em Pernambuco e na Baía, dedicados aos vários trabalhos desta indústria, é também visível.

Palavras-Chave

Brasil Colonial – Ocupações – HISCO – Inquisição – Migrações Humanas.

¹ Artigo não publicado em plataforma *preprint*. Todas as fontes e bibliografia utilizadas são referenciadas no artigo.

² O presente artigo foi desenvolvido no âmbito de uma bolsa de doutoramento com a referência SFRH/BD/136267/2018, financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia e o Fundo Social Europeu. A construção cartográfica presente no artigo foi realizada pela Infografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, à qual o autor deve o seu agradecimento. Artigo escrito em português de Portugal.

³ Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto e mestre em História, com especialização em História Moderna e dos Descobrimentos, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Investigador do CITCEM e Doutorando em História pelo Departamento de História e de Estudos Políticos e Internacionais, Faculdade de Letras, Universidade do Porto (Porto – Portugal).



ARTICLE

THE OCCUPATIONS OF BRAZIL'S POPULATION IN THE 17TH CENTURY: AN ATTEMPT OF STANDARDIZATION

Contact
Via Panorâmica, s/n
4150-564 – Porto – Portugal
andradediogo_89@hotmail.com

 **Diogo Andrade Cardoso**
Universidade do Porto
Porto – Portugal

Abstract

This article surveys the occupations detected in Brazil, throughout the 17th century, mainly in inquisitorial cases. In order to open the occupations' research in this colonial society to global comparisons this work adopted the *Historical International Standard Classification of Occupations* (HISCO). This methodology is being applied for the first time to the early modern Brazil. With the results collected the occupations' distribution was analyzed in different levels of description. The goal of this article is to demonstrate the occupational necessities of the different captaincies of Brazil, during the 17th century, and under different conjunctures. The Portuguese advancement to the hinterland from some coastal settlements followed by an increasement of the military necessities is one of the evidences. The development of an economy strongly connected with the sugar production, with human contingents mostly in Pernambuco and Bahia dedicated to the several tasks in this industry, is also visible.

Keywords

Colonial Brazil – Occupations – HISCO – Inquisition – Human Migrations.

Contingentes portugueses na América

O estudo recente mais completo sobre a ocupação demográfica do Brasil por parte dos portugueses é o de Angelo Carrara, que procura lançar luzes sobre esta população, bem como a africana e ameríndia, para diversas regiões do Brasil (CARRARA, 2014, p. 1-21). Se o território passou de 2 mil colonos em meados de Quinhentos para os 30 mil na transição do século – crescendo sobretudo nas regiões mais populosas do Nordeste e, em menor grau, no Rio de Janeiro –, no século XVII, o crescimento seria menos acelerado (MARCÍLIO, 1984, p. 45-47; JOHNSON, 1987, p. 31; SILVA, 1992, p. 315-316; LIVI BACCI, 2002, p. 145; CUNHA, 2014, p. 283). Em função da quebra do mercado açucareiro, a atratividade do território, que ainda assim era aquele que mais migrantes acolhia, abrandaria, registrando o Brasil cerca de 50 mil indivíduos de origem europeia por volta do ano 1650 (RUSSELL-WOOD, 1998c, p. 99). Até ao final do século, altura em que o número de saídas do reino conhece um decréscimo, este valor terá duplicado (GODINHO, 1971, p. 43; GODINHO, 1978, p. 9).

O estudo e caracterização dos contingentes portugueses na América, incluindo ocupações, sempre teve a tendência de olhar mais para o espaço castelhano. No caso do território americano de colonização espanhola, através do estudo da presença estrangeira nas Índias e no tráfico de escravos, estes trabalhos retomam à primeira metade do século XX e são já clássicos (LAFUENTE MACHAIN, 1931; HANKE, 1956; KEITH, 1969; REPARAZ, 1976). Mais recentemente, têm surgido outros estudos sobre a população portuguesa neste território. Assim, não só os números de portugueses nas Índias de Castela têm sido objeto de novas aproximações, em busca dos fluxos de migração para este espaço, como os próprios grupos ocupacionais foram alvo de pesquisas recentes (VENTURA, 2005; STUDNICKI-GIZBERT, 2007; SULLÓN BARRETO, 2014).

Para o caso da população portuguesa e europeia em geral, no Brasil, a historiografia está bem menos consolidada, apesar de esta ter sido sempre renovada com novos reinóis – uma vez que o território hostil, com confrontos com outros povos europeus e autóctones, e o desequilíbrio dos sexos o forçava (PEDREIRA, 2001, p. 52).

Em relação à proveniência desta população, a conclusão geral parece ser que “a maioria dos nacionais procede do Norte do Reino, sobretudo de Entre Douro e Minho” (RODRIGUES, 2008, p. 190), até porque esta era a região com mais habitantes para dispensar (HOLANDA, 2007, p. 137). Os estudos feitos, já com algumas décadas, parecem apontar exatamente para este cenário,

ainda que se foquem, principalmente, nas capitanias do Nordeste do Brasil, aquelas com maior população europeia (OTT, 1955; QUIRINO, 1966, p. 16–23). Estas capitanias foram, de facto, aquelas que mais cedo singraram graças à introdução da cultura do açúcar que floresceu depois de 1570, atraindo muitos reinóis (SCHWARTZ, 1998, p. 214; JOHNSON, 1992, p. 243; 250).

Veremos, mais à frente, que a relação dos diversos detentores de cargos e ofícios com que esta investigação se deparou e este território também não era rara, ainda que Lisboa possa ter alguma preponderância. À exceção dos estudos já mencionados, que procuram abordar a população no Brasil na época moderna, a historiografia tem revelado um desinteresse por esta temática. É precisamente neste espaço, relativo às ocupações, que o presente trabalho se pretende inserir.

Os diferentes grupos ocupacionais

As abordagens aos grupos ocupacionais de populações portuguesas fora da Europa, e mais concretamente no Atlântico, revelam uma tendência idêntica aos estudos dos fluxos de migração: estão mais desenvolvidos nos espaços que não eram controlados pela Coroa portuguesa. Assim, tanto para as Índias de Castela como para as Canárias há alguns estudos feitos.

Maria Ventura estabelece que os portugueses, no vice-reino do Peru, contavam com um grande número de artesãos, mas também com gente ligada ao mar e à mercancia (VENTURA, 2005, I, I, p. 152–159) – números confirmados por Sullón Barreto para Lima de finais do século XVI e século XVII (SULLÓN BARRETO, 2014, p. 131–134). A distribuição ocupacional dos portugueses no Rio da Prata confirma o grande número de profissionais dos ofícios mecânicos, mas em Buenos Aires eram os lavradores que estavam em maioria (CEBALLOS, 2007, p. 239). Este panorama, de domínio das ocupações mecânicas, podia também ser observado nas Canárias, na ilha de Tenerife, no período da União Ibérica (ÁLVAREZ SANTOS, 2015, p. 273–276).

No Brasil, a correlação entre a produção açucareira e a organização social foi um elemento central da sociedade em construção desde o século XVI. Aqui, conceitos transportados da Europa eram adaptados a uma economia de plantação e dispostos hierarquicamente em função da importância social de cada um, surgindo, em primeiro lugar, os detentores dos engenhos e, a seguir, os que plantam os produtos de exportação, mais relevantes do que aqueles que produzem os alimentos que asseguram o sustento da população *in loco* (SCHWARTZ, 1998, p. 26; BOTELHO, 2011, p. 281–283). Dentro do sistema produtivo açucareiro, a hierarquia era bem mais complexa, di-

ferenciando-se os trabalhadores pelos respectivos salários, em função das suas competências, e estando na base de todo esse processo produtivo os escravos, supervisionados pelos anteriores. As ocupações exercidas nos engenhos estão, de uma maneira geral, bem enunciadas pela historiografia, que detalha as atividades de cada um dos cargos, que incluíam o senhor de engenho, lavradores, mestre do açúcar, purgador, caldeireiro, caixeiro, feitor, barqueiro e outras ocupações anexas ao funcionamento dos engenhos tais como advogados, caixeiros da cidade ou ferreiros (JOHNSON, 1992, p. 255-258; SCHWARTZ, 1998, p. 313-314).

Outro grupo ocupacional que tem sido objeto de estudo é o dos mercadores. A historiografia reconheceu, desde cedo, a capacidade do território brasileiro, sobretudo do Nordeste, em atrair estes indivíduos, como explicam Rae Flory, David Grant Smith e Jorge Pedreira, demonstrando também a concentração de homens do Entre Douro e Minho neste território, como já tínhamos mencionado acima (FLORY, SMITH, 1978, p. 575; SMITH, 1985, p. 291-292; PEDREIRA, 2001, p. 56-57).

Quanto aos ofícios mecânicos, estes não têm sido alvo de muitos estudos por parte dos historiadores. Embora a sua presença seja detetada nos vários territórios para onde os portugueses partiram, no caso do Brasil grande parte da investigação sobre os artesãos está por fazer. E este seria um grupo com grande enfoque no Brasil, pois aqui o povoamento português foi mais intensivo e geograficamente extensivo, sendo que "...estes [artesãos] exercem profissões fulcrais ao desenvolvimento das comunidades e não existem somente onde as oportunidades comerciais são mais propícias ao tráfico de mercadorias em grade escala: os portos" (CARDOSO, 2018, p. 176-177). Como para muitas das abordagens à população no Brasil de finais do século XVI, a visitação inquisitorial da última década ao Nordeste permitiu o levantamento dos oficiais mecânicos na região. Neste estudo da capitania de Pernambuco sobrepõem-se os carpinteiros aos outros oficiais (SILVA, 2003, p. 90-97).

Os homens do mar que circulavam pelo território brasileiro nos séculos XVI e XVII já foram mencionados para o caso de algumas cidades e vilas portuárias do Noroeste do reino. Afinal, eram os portos do Entre Douro e Minho que privilegiavam o contacto com o Brasil (RUSSELL-WOOD, 1998b, p. 116). Assim, estudos que não focam diretamente os homens do mar que se relacionavam com os portos brasileiros, mas que procuram compreender estas comunidades marítimas por meio do estudo de alguns dos portos do reino, funcionaram como uma aproximação a estes indivíduos. Ainda assim, esses são trabalhos com bastante enfoque em todo o processo relacionado com a logística naval, pelo que não temos pesquisas detalhadas sobre estes profissionais.

O Porto, Viana do Castelo e Vila do Conde já foram alvo deste tipo de estudos, onde foi detetado o permanente contacto destas comunidades marítimas com o Brasil através da circulação de homens do mar. Para o século XVI, foram apuradas algumas das travessias a partir do Porto, quer com escala nas ilhas atlânticas, quer diretamente para Salvador, concentrando, este destino, a maioria das rotas percorridas que partiam desta cidade (BARROS, 2016, p. 421; 424).

Vila do Conde conheceu os mesmos tipos de contactos e, apesar de ao longo do século XVI e até 1620 o Brasil não ter sido o principal destino das embarcações mencionadas na documentação da vila, ficando atrás dos arquipélagos africanos e das Índias de Castela (POLÓNIA, II, p. 31-39), a emigração apurada na documentação da vila dá claro destaque ao Brasil a partir de meados do século XVI e por quase um século (CARDOSO, 2018, p. 164-171). Também no que concerne aos homens do mar, a maioria pilotos e mareantes, dirigiam-se, em maior número, para a América, sendo o Brasil ultrapassado pelas Índias de Castela. Ainda assim, entre 1560 e 1651, só nas décadas de 1571 a 1580 e de 1631 a 1640 não foi apurado nenhum (CARDOSO, 2018, p. 174-179).

Para Viana do Castelo, as ligações com o território brasileiro ao longo da época moderna são sobejamente conhecidas. Viana estava intimamente ligada ao Brasil, enviando inúmeros povoadores para os quais tem vindo a ser feito um esforço de identificação. Este porto do Entre Douro e Minho importava quantidades crescentes de açúcar nas primeiras décadas do século XVII, registando uma quebra com a intensificação dos ataques e da presença dos holandeses em Pernambuco (MOREIRA, 2008, p. 94-95). Para esse período, foi então registado um conjunto de armadores e comerciantes que alimentavam esta troca comercial (MOREIRA, 2008, p. 97-99).

A partir das contribuições lançadas pela historiografia para este tema em concreto, avançaremos com a análise das diversas ocupações daqueles que eram residentes ou estavam somente de passagem no Brasil de Seiscentos e que ficaram registados, pelos mais variados motivos, nos processos inquisitoriais. Que funções exerciam nos espaços para onde se deslocaram? Em que capitánias do Brasil do século XVII estavam mais presentes? Quais eram as suas naturalidades? Estas são as perguntas que guiaram a segunda parte deste trabalho.

No entanto, procuraremos, ainda que brevemente, elencar as vantagens e dificuldades da utilização deste tipo de fonte histórica, pois só assim poderemos compreender a representatividade dos dados recolhidos nesta documentação.

Fontes e metodologia

Administrado através do reino, o tribunal inquisitorial que exerceu a sua jurisdição sobre o Brasil – o de Lisboa – nunca teve, de facto, cabeça neste território (SIQUEIRA, 1978, p. 135-139; FEITLER, 2007, p. 279). Quer isto dizer que a rede estabelecida pelo tribunal era, em várias dimensões, limitada. Esta estava dependente das estruturas clericais presentes no território (cf. contingentes em SOUZA, 2014, p. 96), o que forçará uma sobrerrepresentação dos indivíduos ligados ao clero e dos familiares do Santo Ofício. A concentração destes elementos junto dos maiores núcleos populacionais, ainda que seja possível encontrar clérigos em locais pouco povoados, dificultava um controlo efetivo da moral da população como era desejado, ficando aqueles que estavam mais distantes destes núcleos teoricamente mais protegidos da ação inquisitorial. Este estrato social aparece também quantitativamente mais representado por outro motivo: a sua credibilidade como testemunhas. Estas deviam, por princípio, ser "... cristãs velhas, antes homens que mulheres, que não sejam parentas, ou domesticos seus, nem vivam em partes tão distantes, onde sem grande dificuldade possam ser perguntados..." (Processo inquisitorial, Processo 1717, fl. 142), mas o seu estatuto e credibilidade aumentavam no caso do clero.

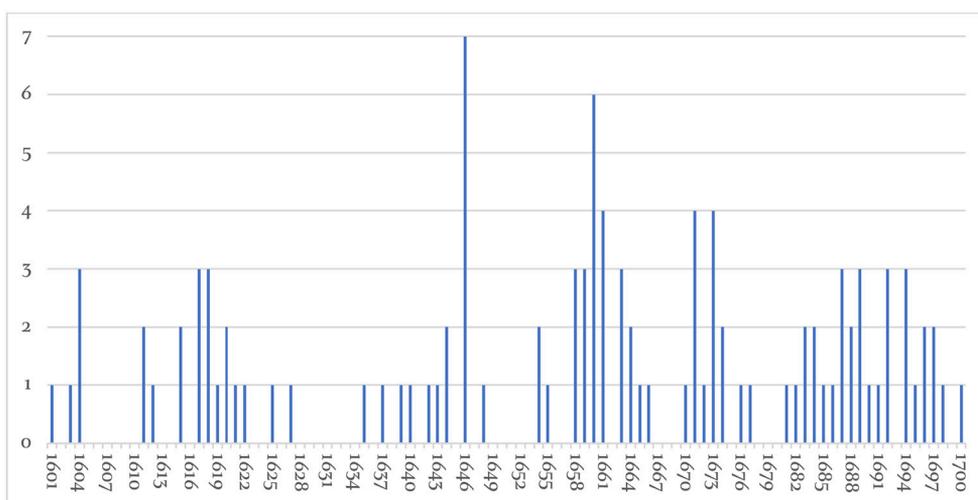
Outra particularidade desta fonte é que está dependente não só do número de funcionários que permita a regular realização da sua atividade, mas também das conjunturas que afetam o próprio funcionamento da mesma. São aqui exemplo os diferentes reinados, visto este ser um tribunal tutelado pela Coroa, ou os acontecimentos que marcam determinados períodos, como a realização de visitas ou a presença holandesa no Brasil. Estes criam momentos de maior produção da fonte em análise, ao mesmo tempo que focam espaços concretos, como foi o caso da segunda visita à Baía entre 1618 e 1620 (FEITLER, 2007, p. 272) ou da proliferação de judeus no Brasil holandês que interessava à Coroa controlar (BETHENCOURT, 1996, p. 190; VAINFAS, [s.d.], p. 225).

A distância que separava o tribunal de Lisboa do Brasil criou, no entanto, a necessidade de procurar homens do mar que conduzissem aqueles que tinham sido acusados de um crime sob jurisdição do Santo Ofício a Lisboa, onde o julgamento deveria ocorrer (VAINFAS, [s.d.], p. 223). Essa será uma das vantagens para o levantamento dos homens que, por conta da sua atividade marítima, circulavam no Atlântico, ligando o Brasil a Portugal.

Fruto da maior concentração demográfica e das diversas conjunturas por que atravessou a Inquisição no Brasil e do seu gradual estabelecimento no território, ocorrido durante todo o século XVII – e mais ainda no XVIII –, o número de processos apurados foi em crescendo ao longo da centúria. Assim, a distribuição diacrônica da documentação com que este trabalho pôde contar, a maioria com origem no Brasil (os outros têm, por exemplo, testemunhas neste território), conheceu diversos períodos de maior produção em função das circunstâncias atravessadas pelo território, o que implicou um maior registo da população presente nessas alturas. Importa, portanto, perceber quando se deram os picos da atividade inquisitorial no Brasil e explicá-los.

Gráfico 1

Anos da instauração de processos inquisitoriais no Brasil no século XVII



Fontes: Ver, na lista final de fontes, os processos inquisitoriais.

Dos 124 processos apurados, 110 tiveram origem no Brasil, e destes, 71 foram iniciados na segunda metade do século, o que corresponde a 64,5% do total. A este período de atividade inquisitorial intensa juntam-se, na primeira metade do século, os anos de 1611 a 1622, altura em que ocorre a segunda visitação ao território brasileiro, mais concretamente ao Recôncavo baiano, entre 1618 e 1620. É neste período que se encontra o primeiro pico da atividade inquisitorial no Brasil.

O pico seguinte ocorre no ano da “grande inquisição” de 1646, quando sete processos foram instaurados. Aqui a conjuntura era bem diferente

daquela que motivou os primeiros processos. O território mais povoado do Brasil, o Nordeste, encontrava-se ocupado pelos heréticos holandeses que praticavam uma maior tolerância religiosa (BRAGA, 2012, p. 34). A chegada de judeus da Europa, particularmente de Amesterdão, e a preferência que alguns cristãos-novos portugueses manifestaram por esse espaço, justifica este valor que é o culminar de cerca de 10 anos de grande produção documental, excetuando-se os anos de 1636, 1638, 1641 e 1645.

Já na segunda metade do século XVII, foi nos anos que se seguiram à expulsão neerlandesa, ocorrida em 1654, que se registaram os valores mais elevados de processos instaurados. A maior presença do tribunal no Brasil – onde o Rio de Janeiro se tornava um destino mais comum e, logo, passível de reunir um maior número de população com comportamentos heréticos –, em conjunto com o retorno do Nordeste a mãos portuguesas, necessitando de uma maior imposição da moral católica, podem ter justificado estes valores, com exemplo maior no ano de 1660, quando foram instaurados seis processos.

Quanto à estrutura de um processo, este era, geralmente, composto pelos diversos passos que iam da denúncia aos pedidos de comutação de pena, quando existiam. Ultrapassando, portanto, o âmbito do julgamento. No seguimento de uma denúncia, caso o processo avançasse, era produzida uma ordem de captura que seria enviada para o Brasil em simultâneo com um formulário de interrogatório para as testemunhas. As respostas, recolhidas em depoimentos – ocupações incluídas – em conjunto com as declarações dos réus e o registo daqueles que, vinculados à atividade inquisitorial, ficaram inscritos na documentação, são uma referência para este artigo e alargam o universo de estudo.

À recolha de testemunhos seguia-se o próprio julgamento, já em Lisboa, onde o réu enfrentava uma série de sessões, sendo a sessão de genealogia a mais relevante para a abordagem que aqui se procura fazer. Após avaliação do crime cometido, era produzido um libelo acusatório e, caso o réu o entendesse, apresentadas as contraditas e nomeadas novas testemunhas (MEA, 2001, p. 166). Atendendo ao que consideravam provado, os inquisidores produziam o acórdão que ilibava ou condenava o réu. Os condenados conheciam as suas penitências no auto de fé. O processo terminava com a assinatura dos termos de abjuração e de segredo e, quando apresentados, os pedidos de licença para se ausentar da cidade onde foi julgado ou para comutação da pena.

Esta foi, portanto, a base documental da presente investigação. Contudo, para alguns dos indivíduos foi possível localizar referências em documentação variada produzida pelo Conselho Ultramarino, em diligências de habilitação para familiar do Santo Ofício e até uma mercê real. Estes dados foram

usados de forma complementar àqueles aproveitados das fontes inquisitórias, fornecendo mais detalhes sobre a vida e percurso dos representados.

O estudo das ocupações da população residente no Brasil na época moderna não tem sido, como vimos, feito de uma forma estruturada. Quer do ponto de vista da história social, quer na ótica (e metodologia) mais restrita da história do trabalho, tais abordagens escasseiam. Os enfoques nesta temática prendem-se, usualmente, a estudos relativos à população de determinado território, onde o tema é ligeiramente tocado, ou a grupos sociais concretos, tais como o dos homens do comércio ou os membros do Tribunal do Santo Ofício de Lisboa presentes na América.

Como tal, falta a essas abordagens um método próprio para o tratamento das ocupações exercidas pelos indivíduos ao longo do tempo, em particular para o século XVII brasileiro. A maioria das investigações feitas são pautadas pela ausência desta mesma metodologia que impede um olhar a partir de uma perspectiva comparativa e/ou global. Assim, ao contrário da contagem de contingentes, que, apesar de estar dependente das limitações das fontes, permite olhares cruzados e transnacionais (ELTIS, 2002, p. 62; PÉTRÉ-GRENOUILLE, 2009, p. 48), as abordagens sobre as ocupações estão bem mais limitadas e presas a uma historiografia essencialmente de língua portuguesa.

Este trabalho pretende contrariar este estado de coisas. Estão aqui presentes dois objetivos. Por um lado, apresentar e contextualizar os resultados da pesquisa sobre as ocupações exercidas no Brasil ao longo do século XVII, ou seja, num longo intervalo de tempo e para um espaço abrangente, e não somente focado em determinada capitania, cidade ou vila. Por outro, é também pretensão deste trabalho continuar a abrir o estudo das ocupações no Brasil da época moderna a perspectivas geograficamente mais abrangentes. Para tal, será necessário uniformizar as ocupações por meio de um sistema de harmonização internacional, o *Historical International Standard Classification of Occupations* (LEEUVEN, MAAS, MILES, 2002), cuja bibliografia, para os casos português e brasileiro, tem focado sobretudo a época contemporânea, estando os séculos anteriores cobertos por um vazio historiográfico (BOTELHO, 2008, p. 214–217; FONSECA, GUIMARÃES, 2009, p. 519; FERNANDES, 2015, p. 176–234; FERNANDES, 2016, p. 76–82; ALBINO, 2020, p. 89–94).

Não é raro ver a historiografia que procura fazer um levantamento das ocupações abarcar, debaixo de um mesmo termo, atividades diferentes ou fazer destrinça entre atividades semelhantes, mas com nomenclaturas diferentes nas fontes primárias. Este método cria um problema quando enquadrado numa perspectiva mais vasta, tanto geográfica como cronológica, pois estes descritores são alterados em função de dois fatores: espaço e tem-

po (MADUREIRA, 2001, p. 76–79; BOTELHO *et al.*, 2006, s.n.; BOTELHO, 2008, p. 200). A estes obstáculos soma-se ainda a divergência linguística quando se pretende fazer uma comparação ocupacional entre sociedades diferentes (LEEUVEN, MAAS, MILES, 2004, p. 186).

As interpretações que resultam no agrupamento de ocupações também são variadas. Vide o exemplo dos ofícios mecânicos. Este grupo, para alguns autores, tem sido visto como um conjunto de todos aqueles que utilizam a força física no exercício do seu trabalho, e, portanto, que carregam a marca de desprestígio social – o defeito mecânico (SILVA, 2003, p. 103; GUEDES, 2006, p. 386–387). Assim, temos os pescadores ou os agricultores classificados como oficiais mecânicos (SILVA, 2003, p. 90–91). Outros autores classificam como ofícios mecânicos aqueles que poderiam ser chamados de artesãos (ÁLVAREZ SANTOS, 2015, p. 241; CARDOSO, 2018, p. 172–173). Qualquer comparação entre este tipo de trabalhos exigiria a adoção de um destes sistemas ou a criação de um outro que os incorporasse.

O HISCO, por estar disponível numa grande variedade de idiomas, permite uma comparação universal (WRIGLEY, [s.d.], p. 20–21). Este quadro de classificação das ocupações, adaptado do ISCO68, que as codifica, permite utilizar os dados tal qual encontrados na documentação, uma vez que estes têm um código atribuído que permite a comparação (BOTELHO, 2008, p. 201; LEEUVEN, MAAS, 2010, p. 432). Este código é associado aos diversos níveis de descrição em que se subdivide o sistema de classificação, começando pelos grupos principais (identificados de 0 a 9), até à especificidade da ocupação (acrescentando-se os diversos algarismos que identificam o nível de detalhe). A base de dados, organizada na *Hisco-tree*, que apresenta nove grandes grupos que depois se ramificam (grupos principais, grupos secundários e grupos unitários), está disponível em <https://historyofwork.iisg.nl/>.

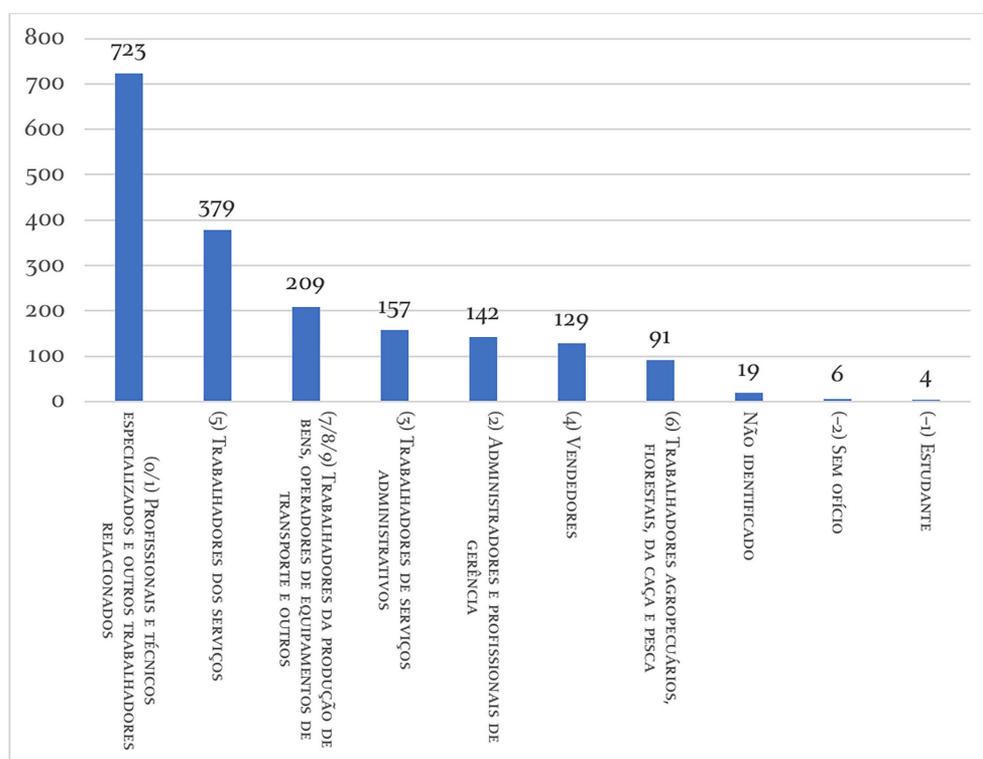
O interesse da aplicação deste sistema para o caso brasileiro já foi reconhecido pela simplificação que ele oferece para “comparações internacionais ao longo do tempo”, estando já feito o trabalho de tradução para a língua portuguesa dos diversos grupos em que o sistema se subdivide e também inúmeras ocupações, o que apresenta uma vantagem para este trabalho que procurará enquadrar as diferentes ocupações nos grupos tipificados por estes autores (MADUREIRA, ALMEIDA, ESPERANÇA, 2001, p. 95–168; BOTELHO *et al.*, 2006, s.n.).

As ocupações no Brasil do século XVII

Nas variadas fontes consultadas, foi possível encontrar 1859 menções a ocupações exercidas por 1650 indivíduos. Destas, 1737 eram exercidas pela

população que vivia no Brasil e 122 pertenciam àqueles que estavam no território brasileiro apenas de passagem. Algumas ocupações não puderam ser integradas num grupo específico dado o desconhecimento das atividades executadas. É o caso daqueles identificados como criados, tanto em contextos rurais como urbanos, e que não foi possível apurar a natureza do seu trabalho. Estes estão referenciados como “Não identificado”.

Gráfico 2
Distribuição das ocupações encontradas no Brasil,
no século XVII, por grupos principais HISCO



Fontes: Ver lista final de fontes.

A maioria dos indivíduos detetados integra os grupos dos trabalhadores que, genericamente, se ocupam dos serviços (0/1, 2, 3, 4 e 5). Quer isto dizer que estamos perante uma distribuição ocupacional que integra principalmente o setor terciário da economia, ao qual pertencem essas ocupações. Tendo em conta que o HISCO usa não este critério, mas antes procura separar as ocupações a partir da relação estabelecida entre aqueles que as praticam,

ou seja, a sua posição social, rapidamente vemos que os grupos principais de estatuto mais elevado (número mais baixo) ocupam uma posição preponderante na documentação inquisitorial. Os grupos 0/1, 2 e 3, que comportam cerca de 55% das ocupações detetadas, revelam o estatuto elevado da maioria dos indivíduos associados às atividades profissionais especializadas e aos serviços (WRIGLEY, [s.d.], p. 21; LEEUWEN, MAAS, MILES, 2004, p. 188).

A proeminência destes cargos deve ser moderada em função de algumas inconveniências da própria fonte. Em primeiro lugar, a Inquisição teve, no Brasil, uma maior presença nos centros populacionais urbanos do que nas zonas predominantemente rurais (SILVA, 2003, p. 98). Assim, os trabalhos ligados à produção de alimentos e matérias-primas sofrem uma ausência estrutural na documentação. O segundo ponto foca a própria atuação em termos de efetivos humanos no território. Na sua atividade, este tribunal recorria ao clero e a uma série de tabeliães que deviam estar presentes nas várias sessões de denúncia, recolha de testemunhos e até inquirições aos acusados (SIQUEIRA, 1978, p. 152; 157; VAINFAS, [s.d.], p. 225-228; PEREIRA, 2011, p. 38). Todos estes, que faziam parte do desenrolar da atuação inquisitorial no Brasil, aparecem, inevitavelmente, mencionados nas fontes e, portanto, em sobrerrepresentação em relação a outros grupos.

No entanto, na economia brasileira, as ocupações ligadas à plantação de açúcar – atividade dos lavradores de cana, representados no grupo 6 –, eram também socialmente relevantes (JOHNSON, 1992, p. 255). Estes, em conjunto com os grupos principais 7/8/9, em traços gerais compostos por todos aqueles encarregados da transformação da matéria-prima, agrupam 300 menções, o que representa sensivelmente 16% das referências. Também intimamente ligado ao sistema produtivo brasileiro estava o comércio dos produtos, particularmente do açúcar, pelo que o grupo 4, dos “Vendedores”, assume algum relevo. As necessidades bélicas do território, sob ameaça de outras potências europeias e das populações indígenas, completam a maior parte do grupo 5. Restam aqueles que aparecem registados como não tendo ofício (6 indivíduos), o grupo -2, e ainda os estudantes (4 indivíduos), pertencentes ao grupo -1 (BOTELHO, 2008, p. 202).

Seguindo as indicações da *Hisco-tree* para as ocupações em língua portuguesa previamente inseridas por outros autores na base de dados, foi possível enquadrar as ocupações encontradas na documentação inquisitorial no seu terceiro nível de descrição (os grupos unitários). Exemplificando: o inquiridor surge na base com o código 39340, logo o seu grupo principal é o 3, o grupo secundário o 9, que concerne aos “Trabalhadores de escritório e relacionados não classificados”, enquanto o grupo unitário é o 3, que iden-

tifica os “Correspondentes e reportadores” (MADUREIRA, ALMEIDA, ESPERANÇA, 2001, p. 113). O resultado deste exercício é exposto na Tabela 1, de onde é possível tirar conclusões relativamente à conjuntura da economia, pois “...o açúcar vai ser o grande triunfo do séc. XVII no Brasil, e do Brasil no séc. XVII” (MAURO, 1997, I, p. 243).

Tabela 1
Distribuição das ocupações encontradas no Brasil,
no século XVII, por grupos unitários HISCO

(0/1) Profissionais e técnicos especializados e outros trabalhadores relacionados	723
Oficiais de aeronaves e embarcações (04)	81
Oficiais e pilotos de embarcações (042)	81
Médicos, dentistas, veterinários e relacionados (06/07)	23
Médicos (061)	19
Farmacêuticos (067)	2
Enfermeiros (071)	1
Parteiras (075)	1
Contadores (11)	10
Contadores (110)	10
Juristas (12)	83
Advogados (121)	7
Juizes (122)	46
Notários (125)	28
Solicitadores (124)	2
Professores (13)	11
Professores universitários e do ensino superior (131)	2
Professores não classificados (139)	9
Trabalhadores na religião (14)	511
Ministros da religião e membros relacionados das ordens religiosas (141)	474
Trabalhadores da religião não classificados (149)	37
Autores, jornalistas e escritores relacionados (15)	1
Autores e críticos (151)	1

Escultores, pintores, fotógrafos e trabalhos criativos relacionados (16)	1
Artistas comerciais e designers (162)	1
Compositores e artistas performativos (17)	2
Compositores, músicos e cantores (171)	2
(2) Administradores e profissionais de gerência	142
Oficiais legislativos e administradores governativos (20)	70
Oficiais legislativos (201)	1
Administradores governativos (202)	69
Gestores (21)	50
Administrador geral (211)	50
Supervisores, feitores e inspetores (22)	22
Supervisores rurais (225)	11
Supervisores de produção e capatazes (226)	11
(5) Trabalhadores de serviços administrativos	157
Oficiais do governo executivo (51)	44
Oficiais do governo executivo (510)	44
Estenógrafos, datilógrafos e operadores de máquinas de escrever (52)	97
Estenógrafos, datilógrafos e teledatilógrafos (521)	97
Contabilistas, caixeiros e trabalhadores relacionados (53)	5
Contabilistas e caixeiros (531)	4
Contabilistas, caixeiros e trabalhadores relacionados não classificados (539)	1
Distribuidores de correio (57)	1
Distribuidores de correio (570)	1
Trabalhadores de escritório e relacionados não classificados (59)	10
Correspondentes e reportadores (595)	10
(4) Vendedores	129
Troca a grosso e a retalho (41)	120
Troca a grosso e a retalho (410)	120
Compradores (42)	9
Compradores (422)	9
(5) Trabalhadores dos serviços	579
Trabalhadores proprietários (catering, alojamento e serviços de lazer) (51)	5
Trabalhadores proprietários (catering, alojamento e serviços de lazer) (510)	5

Cabeleireiros, barbeiros, esteticistas e relacionados (57)	14
Cabeleireiros, barbeiros, esteticistas e relacionados (570)	14
Trabalhadores em serviços de proteção (58)	362
Polícia e detetives (582)	18
Militares (585)	326
Trabalhadores em serviços de proteção não classificados (589)	18
(6) Trabalhadores agropecuários, florestais, da caça e pesca	91
Agricultura e pastorícia (62)	86
Trabalho geral de campo (621)	27
Trabalho de cultura agrícola e vegetal (622)	48
Trabalho com gado (624)	11
Pesca, caça e trabalho relacionado (64)	5
Pescador (641)	5
(7/8/9) Trabalhadores da produção de bens, operadores de equipamentos de transporte e outros	209
Fiadores, tecelões, tricotadores, tintureiros e trabalhos relacionados (75)	5
Tecelões e trabalhos relacionados (754)	4
Fiadores, tecelões, tricotadores, tintureiros e trabalhadores relacionados não classificados (759)	1
Processamento de alimentos (77)	15
Processadores e refinadores de açúcar (772)	7
Carniceiros e preparadores de carne (773)	1
Padeiros, pasteleiros e confeitores (776)	4
Cervejeiros, produtores de vinho e bebidas (778)	3
Preparadores de tabaco e de produtos de tabaco (78)	3
Preparadores de tabaco (781)	2
Produtores de charutos (782)	1
Alfaiates, estilistas, costureiros, estofadores e trabalhos relacionados (79)	23
Alfaiates e estilistas (791)	22
Modistas e chapeleiros (793)	1
Sapateiros e trabalhadores de peles (80)	30
Sapateiros (801)	27
Trabalhadores de peles (803)	3

Carpinteiros e trabalhadores de madeira relacionados (81)	22
Trabalhadores de madeira com especialização indefinida (810)	11
Marceneiros (811)	9
Marceneiros e trabalhadores de madeira não classificados (819)	2
Ferreiros, serralheiros e operadores de ferramentas mecânicas (83)	20
Forjadores, ferreiros e operadores de forjas (831)	11
Operadores de ferramentas mecânicas (834)	2
Ferreiros, serralheiros e operadores de ferramentas mecânicas não classificados (839)	7
Canalizadores, soldadores, trabalhadores e construtores de metal (87)	3
Trabalhadores de folha de metal (873)	3
Joalheiros e trabalhadores de metais preciosos (88)	24
Joalheiros e trabalhadores de metais preciosos (880)	24
Vidreiros, oleiros e trabalhadores relacionados (89)	2
Oleiros e trabalhadores de barro e abrasivos relacionados (892)	2
Pintores (93)	1
Pintores, construção (931)	1
Produção e trabalhos relacionados não classificados (94)	1
Cestaria, tecelagem e produtores de escovas (942)	1
Pedreiros, carpinteiros e outros trabalhadores de construção (95)	17
Pedreiros, canteiros e assentadores de azulejo (951)	10
Carpinteiros, marceneiros e trabalhadores de parquê (954)	7
Operadores de equipamentos de transporte (98)	43
Tripulação de embarcações (981)	43
Sem ofício (-2)	6
Sem ofício (-2)	6
Sem ofício (-2)	6
Estudante (-1)	4
Estudante (-1)	4
Estudante (-1)	4
Não identificado	19

Fontes: Ver lista final de fontes.

Excluídos aqueles que não foi possível identificar, restam nove grupos de análise. Olhando para estes dados, podemos ver que são aquelas ocupações ligadas à religião que concentram mais indivíduos (511). Este resultado não é apenas revelador do esforço de evangelização e controle moral feito por Portugal no território (PEREIRA, 2011, p. 38), mas também demonstra a própria tendência das fontes inquisitoriais em referir todos aqueles que intervêm na sua atividade. Seguem-se os trabalhadores ligados aos serviços de proteção (362), o que corresponde, essencialmente, aos militares. Também aqui é visível a presença altamente militarizada no território. As disputas bélicas contra indígenas e outros povos europeus assim o exigiam (RICUPEIRO, 2016, p. 150), como ficará claro adiante numa análise cruzada da distribuição das ocupações com as capitânias.

O comércio era outra atividade que concentrava grande parte da população, absorvendo aqueles que negociavam principalmente açúcar, mas também marchantes ou tendeiros (120). Com a nuance de a produção local, especialmente a açucareira, ter sido transposta para lá e não ser autóctone, o novo espaço de colonização – a nova fronteira – parece requerer precisamente aqueles que já há muito foram considerados os homens de fronteira: mercadores, missionários e militares (LEE, 1966, p. 55).

Ainda relacionados com a Inquisição, produtor, que por registar todos os seus intervenientes nos processos condiciona a distribuição das ocupações pelos diversos grupos, estão os notários, que inflacionam o número do grupo dos “Estenógrafos, datilógrafos e teledatilógrafos”, que conta com 97 menções. Pelo mesmo motivo, é impressionante o número de “Juristas”, com 83 menções. A “Agricultura e pastorícia”, com 86 representantes, mostra-se um grupo que concentra essencialmente as atividades relacionadas com o setor primário, ao passo que outros grupos têm muitas outras ocupações associadas (BOTELHO, 2008, p. 201).

Sabendo, por exemplo, que o pau-brasil era ainda um produto com procura no século XVII (DODGE, 2018, p. 4), vemos que o seu abate e transporte não parece ser a ocupação de ninguém mencionado nas fontes inquisitoriais analisadas. Estes dados podem indicar a diminuição da atividade e a sua concentração em mão-de-obra indígena, ainda que mais escassa (DODGE, 2018, p. 13-14), geralmente menos propícia a ser referida, especialmente quando não integrada na sociedade colonial, seja de que forma for (escravizada, aldeada, assimilada, etc.). Vale a pena citar ainda a presença de gente ligada ao trabalho do tabaco (3 indivíduos), mercadoria que, ao longo do século XVII, conhece um incremento de produção e exportação (SCHWARTZ, 1987, 67-144).

Olhando ainda em maior detalhe, mas, por economia de espaço, somente para aquelas ocupações com mais de 20 representantes por entre os indivíduos detetados nos processos inquisitoriais, a imagem que privilegia a presença portuguesa no Brasil focada na evangelização, nas atividades militares e na produção e comércio de açúcar torna-se mais patente.

Tabela 2
Distribuição das ocupações encontradas, com mais de 20 elementos, exercidas no Brasil, no século XVII, por ocupações HISCO

Padre (14120)	189
Frade (14120)	125
Capitão (58320)	112
Mercador (41020)	101
Escrivão (52120)	97
Soldado (58340)	62
Mestre de embarcação (04215)	57
Alferes (58320)	56
Vigário (14120)	50
Senhor de engenho (21110)	39
Lavrador de cana-de-açúcar (62260)	37
Tabelião (12310)	28
Meirinho (31000)	28
Juiz (12210)	28
Sapateiro (80110)	27
Lavrador, geral (62105)	27
Sargento-mor (58320)	25
Capitão-mor (58320)	24
Governador (20210)	25
Alfaiate (79100)	22
Sargento (58320)	22
Vigário-geral (14190)	22

Fontes: Ver lista final de fontes.

As ocupações dominantes são aquelas mencionadas nas fontes como padres e frades, às quais se juntam ainda aqueles denominados por vigários e vigários-gerais. Há, portanto, uma primazia do clero por entre todas as ocupações. Uma vez mais, o facto de este integrar as atividades inquisitoriais inflaciona o resultado. O mesmo se passaria com os escrivães e tabeliães.

O facto de serem os capitães os primeiros militares representados pode, da mesma forma, ser explicado pela natureza da fonte primária consultada em maior volume: o estatuto social das testemunhas era importante para a validade do mesmo. Contudo, esta menção é reveladora da forte presença militar portuguesa, e não só, no território. Os capitães não eram os militares quantitativamente mais significativos, o que quer dizer que os contingentes militares seriam omnipresentes neste espaço, pese embora a constante escassez dada a multiplicidade de adversários. A estes juntam-se os soldados, alferes, sargentos-mores, capitães-mores e sargentos, que tornam este grupo naquele com maior número de ocupações.

A ocupação dos mercadores, como já havíamos visto, concentra um grande número de indivíduos. Por exemplo, em Salvador, aqueles que faziam circular as mercadorias eram os que estavam mais representados na época moderna (OTT, 1955, p. 84). Essenciais para a sobrevivência de qualquer comunidade, eram fulcrais no despacho do açúcar produzido na terra para o reino. Esta necessidade torna-se clara com a grande presença de senhores de engenho e de lavradores de cana encontrados, aos quais ainda se associam os lavradores sem qualquer especialização definida nas fontes. Alguns deles dedicar-se-iam, certamente, à cana-de-açúcar, mas a agricultura de outros alimentos, como a mandioca, para consumo local (SILVA, 2003, p. 44) e exportação para África (ALENCASTRO, 2000, p. 251), poderá também estar representada. Aliás, foi possível encontrar, vários lavradores de roça (10) e até exclusivamente de mandioca (1).

Mais isolados nas ocupações com grandes contingentes estão os trabalhadores encarregados da transformação da matéria-prima, representados nos grupos principais 7/8/9, aqui destacados pelos sapateiros e alfaiates. Atividades também indispensáveis ao quotidiano de qualquer comunidade do século XVII, como as que cresciam atraídas pela criação de gado e açúcar e que suscitavam necessidades de trabalho diversas para produzir utensílios (PEDREIRA, 2001, p. 53). A grande variedade destes oficiais nas povoações brasileiras já tem vindo a ser demonstrada em estudos geograficamente mais restritos. Por entre os portugueses encontrados em Salvador entre 1655 e 1816 por Carlos Ott, estavam 25 carpinteiros, 17 marceneiros, 15 pedreiros,

14 ourives e 12 ferreiros, todas ocupações também encontradas nesta investigação (OTT, 1955, p. 84).

A máquina administrativa e judicial, representada pelos governadores, meirinhos e juízes, estava, é claro, presente e também contava com alguns dos indivíduos que, pelo seu estatuto, eram preferidos como testemunhas.

Por último, os mestres de embarcação (57) estão num patamar semelhante aos párocos em termos de justificação das suas referências: são parte fundamental da atividade do Tribunal do Santo Ofício de Lisboa no Brasil. São estes homens os responsáveis por conduzir aqueles que são acusados pelo tribunal aos cárceres lisboetas. Essa necessidade de transporte de prisioneiros (VAINFAS, [s.d.], p. 223-224) torna a sua menção nas fontes frequente. Daqui resulta a vantagem de se poder seguir os percursos feitos pelas embarcações que se dirigem ao reino e as naturalidades e residências dos homens do mar.

Tabela 3
Ocupações dos indivíduos encontrados como
estantes no Brasil, no século XVII

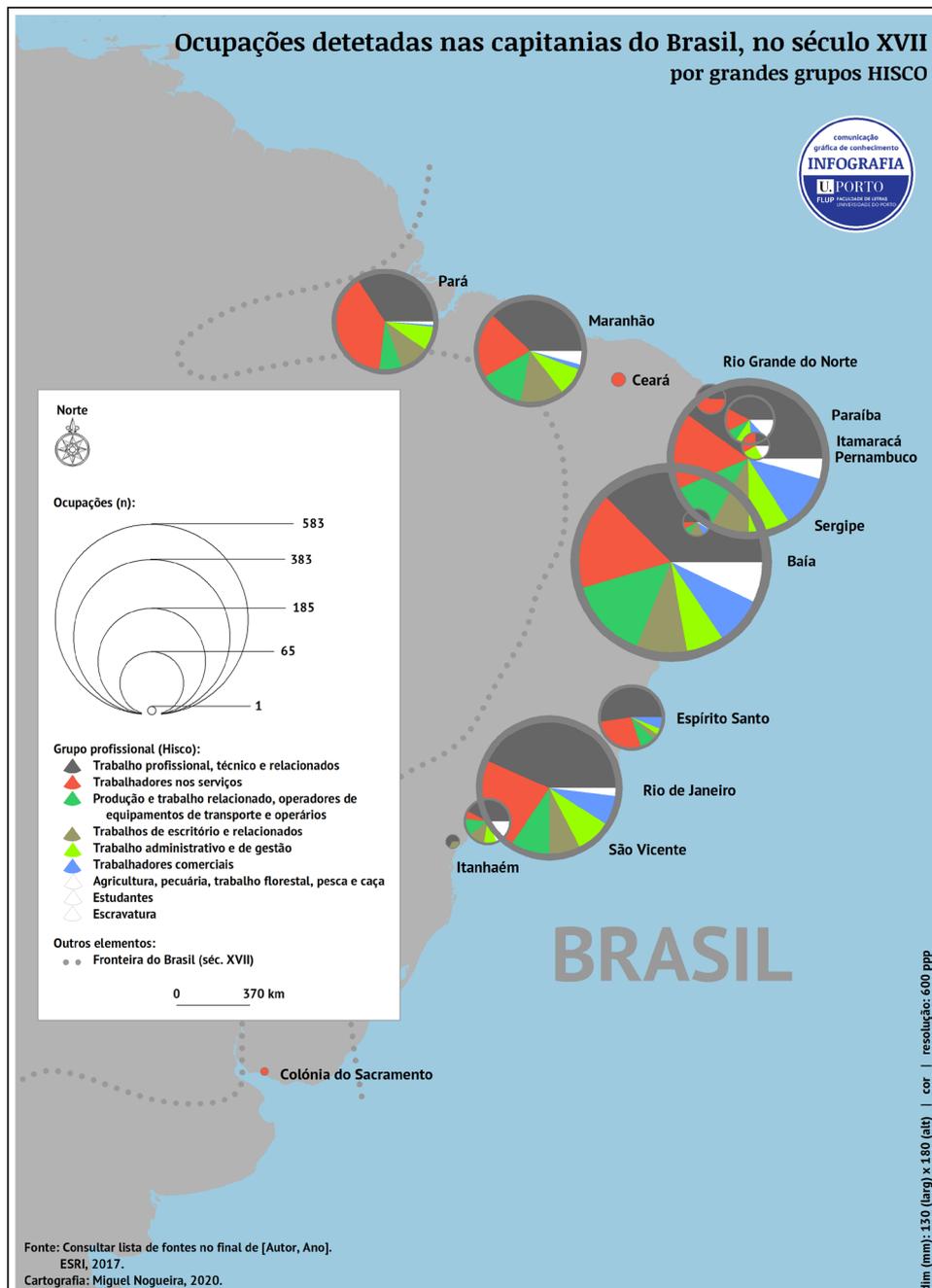
Mestre de embarcação (04215)	48
Mercador (41020)	13
Capitão de embarcação (04215)	13
Marinheiro (04215)	10
Tripulante, especialização desconhecida (98100)	5
Piloto (04220)	4
Soldado (58340)	4
Senhor de embarcação (21110)	3
Contramestre (98120)	3
Almirante (58320)	2
General (58320)	2
Padre (14120)	1
Escrivão (32120)	1
Sargento (58320)	1
Barbeiro (57050)	1
Tecelão (75430)	1
Inquiridor (39340)	1
Alferes (58320)	1
Calafate (95440)	1
Auditor-geral (12210)	1
Capelão (14990)	1
Taberneiro (51030)	1
Capitão (58320)	1
Ouvidor (20210)	1
Advogado (12110)	1
Grumete (98190)	1
Total Geral	122

Fontes: Ver lista final de fontes.

Como demonstra a Tabela 3, são, de facto, os homens com atividades ligadas ao mar – nomeadamente os mestres de embarcações, capitães, marinheiros, membros não identificados da tripulação, pilotos, senhores de embarcações, contramestres, almirantes e grumete – que representam cerca de 73% daqueles que estavam apenas de passagem pelo território brasileiro. Naturalmente, por circularem constantemente no exercício das suas ocupações, estes homens não tinham de habitar necessariamente no Brasil, além de também ser menos provável que fiquem registados nos processos inquisitoriais como testemunhas. No entanto, este é um indicador da escassez destes indivíduos nos territórios ultramarinos portugueses, sendo a primazia dos homens das cidades e vilas portuárias do reino (POLÓNIA, 2007, II, p. 32-39; BARROS; 2012, p. 314). A estes poderíamos ainda acrescentar o calafate, trabalhador da construção naval também só de passagem.

Ao longo do século XVII, a presença portuguesa no Brasil foi crescendo geograficamente, passando de apenas algumas ilhas de povoamento junto à costa para um território que se expandia em direção ao sertão (MARTINIÈRE, 1991, p. 103). Tanto para Norte, como para Sul e interior, a penetração portuguesa ocorreu em busca de novas terras para plantação e criação de gado (CONCEIÇÃO, 2018, p. 40). Mas, na região da Amazônia e em direção ao Rio da Prata, a disputa com povos europeus e indígenas, e a vontade de afastá-los de terras de potencial riqueza e que ficavam entre a América portuguesa e espanhola, foi o motivo determinante para a progressão e conquista desses espaços (REZENDE, 2006, p. 49). Os franceses, ingleses e holandeses a Norte (SILVA, 2016, p. 45), e os espanhóis a Sul (VILARDAGA, 2019, p. 659-660; 664), em contextos diferentes, conduziram os portugueses a esses territórios, integrando-os no Atlântico português em alturas diferentes.

Mapa 1 Distribuição das ocupações detetadas nas capitanias do Brasil, no século XVII, por grupos principais HISCO



Fontes: Ver lista final de fontes.

É precisamente isso que é visível no Mapa 1. São as capitanias do Nordeste, principalmente Baía e Pernambuco, aquelas que concentram a maioria das ocupações encontradas. Centros da presença portuguesa no território, como eram Salvador, Olinda e Recife, pontos-chave do avanço tanto no Recôncavo como na Várzea (JOHNSON, 1992, p. 241), era nessas localidades que se concentrava a maioria da população e, naturalmente, onde a incidência das atividades portuguesas se verificavam de forma mais forte. Assim, vemos a presença do grupo 0/1, dos “Profissionais e técnicos especializados e outros trabalhadores relacionados”, com grande representação do clero, intensamente representado na Baía, para onde, desde cedo, se transferiram algumas companhias religiosas e que era, até, cabeça de bispado do Brasil (VAINFAS, [s.d.], p. 27).

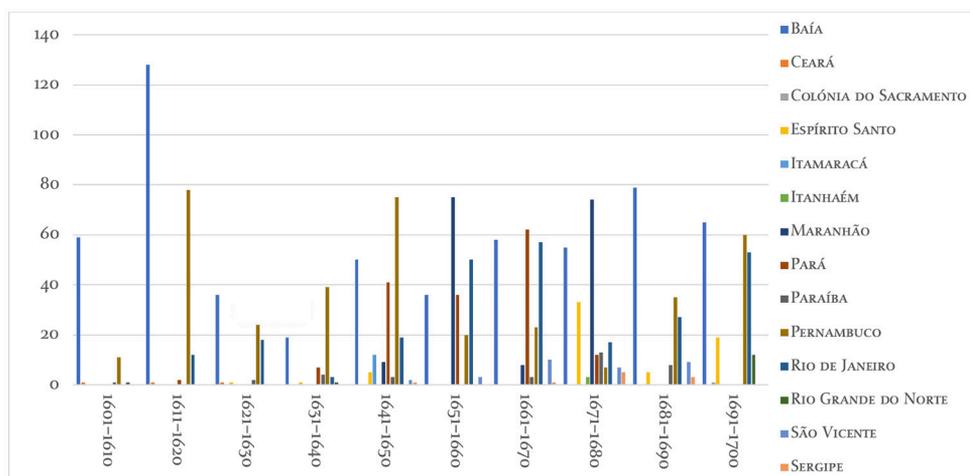
A Baía concentrava ainda o maior número de todas as outras categorias, precisamente por ter sido o principal espaço da presença portuguesa na América desde meados do século XVI e onde a atividade inquisitorial foi mais frequente. Pernambuco, uma das capitanias que experimentou um sucesso económico desde o tempo da distribuição das capitanias donatárias (RUSSELL-WOOD, 1998a, p. 231), tem também um grande contingente dos vários grupos. As outras capitanias do Nordeste, como Paraíba, São Vicente, Sergipe e Itamaracá, com uma população bastante menor e, conseqüentemente, mais distantes do tribunal espiritual, surgem menos representadas (CARRARA, 2014, p. 9). Ainda no Nordeste, com destaque para Baía e Pernambuco, os contingentes dos “Trabalhadores dos serviços”, o grupo principal 5, são expressivos. Sabendo que este grupo concentra principalmente os militares e que a região foi ocupada pelos holandeses entre 1630 e 1654, espletando guerras de disputa territorial, estes valores são justificáveis.

Mais a Sul, o Rio de Janeiro, em crescimento ao longo do século XVII, e com uma população bem maior do que São Vicente, onde São Paulo era a principal vila, foi atraindo povoadores também em torno da economia sacarina e, posteriormente, a outras atividades (FRAGOSO, 2000, p. 45; CARRARA, 2014, p. 9). Aqui não só se verifica o domínio das ocupações clericais, como também há um destaque para o grupo 5, como vimos, majoritariamente composto por militares. Numa região de fortes conflitos com a população indígena e de onde partiria o avanço territorial em direção ao Rio da Prata na segunda metade do século (SILVA, 2004, p. 1-3), estes homens foram de extrema importância, e por isso estão tão visivelmente representados.

O Maranhão e o Pará, transformados na década de 1620 no Estado do Maranhão, face às dificuldades de gestão e navegação a partir de Salvador, assistiram a uma conquista portuguesa feita, desde o início do século, a estímulo da presença francesa (MAURO, 1987, p. 44). Assim se compreende

a presença elevada de uma população portuguesa face a outros territórios que se tornavam periféricos às duas grandes capitanias do Nordeste (Ilhéus, Sergipe, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande). Tanto como espaços de missão, dadas as grandes comunidades indígenas ali existentes (CORRÊA, 2011, p. 48), como campos de batalha contra europeus e autóctones (RICUPERO, 2016, p. 150), ambas as capitanias têm forte presença do clero e dos militares. No caso do Pará, o número dos integrantes do grupo 5 ultrapassa mesmo o maior grupo do Brasil, dos 0/1.

Gráfico 3
Distribuição das ocupações encontradas nas capitanias do Brasil,
no século XVII, por décadas



Fontes: Ver lista final de fontes.

Com a população concentrada no Nordeste logo no início do século (CARRARA, 2014, p. 8-14), não surpreende que os homens e mulheres com que esta investigação se deparou estejam essencialmente na Baía. Não só os dados acompanham a progressão portuguesa no território, mas também a presença dos membros do Santo Ofício foi intensificando o número dos seus contingentes na América portuguesa ao longo do século (VAINFAS, [s.d.], p. 226). Apesar de nunca terem atingido os valores do século XVIII, a maior presença da autoridade deste tribunal permitiu que este se disseminasse melhor pelo território. É precisamente isso que vemos no Gráfico 3.

Pernambuco, que é a segunda capitania com mais ocupações encontradas, tem os seus representantes bem mais dispersos por todo o século, ainda

que com grandes contingentes nas décadas de 1611 a 1620 e de 1641 a 1650, esta última devido à perseguição iniciada pela Inquisição aos judeus na Nova Holanda. Destabilizada pela conquista holandesa de Salvador entre 1624 e 1625, e progressivamente de todo o Nordeste e até o Maranhão, a partir de 1630 (MELLO, 2001, p. 29), são notórias as quebras no registo das ocupações, ainda que Baía e Pernambuco sigam dominantes no número de referências.

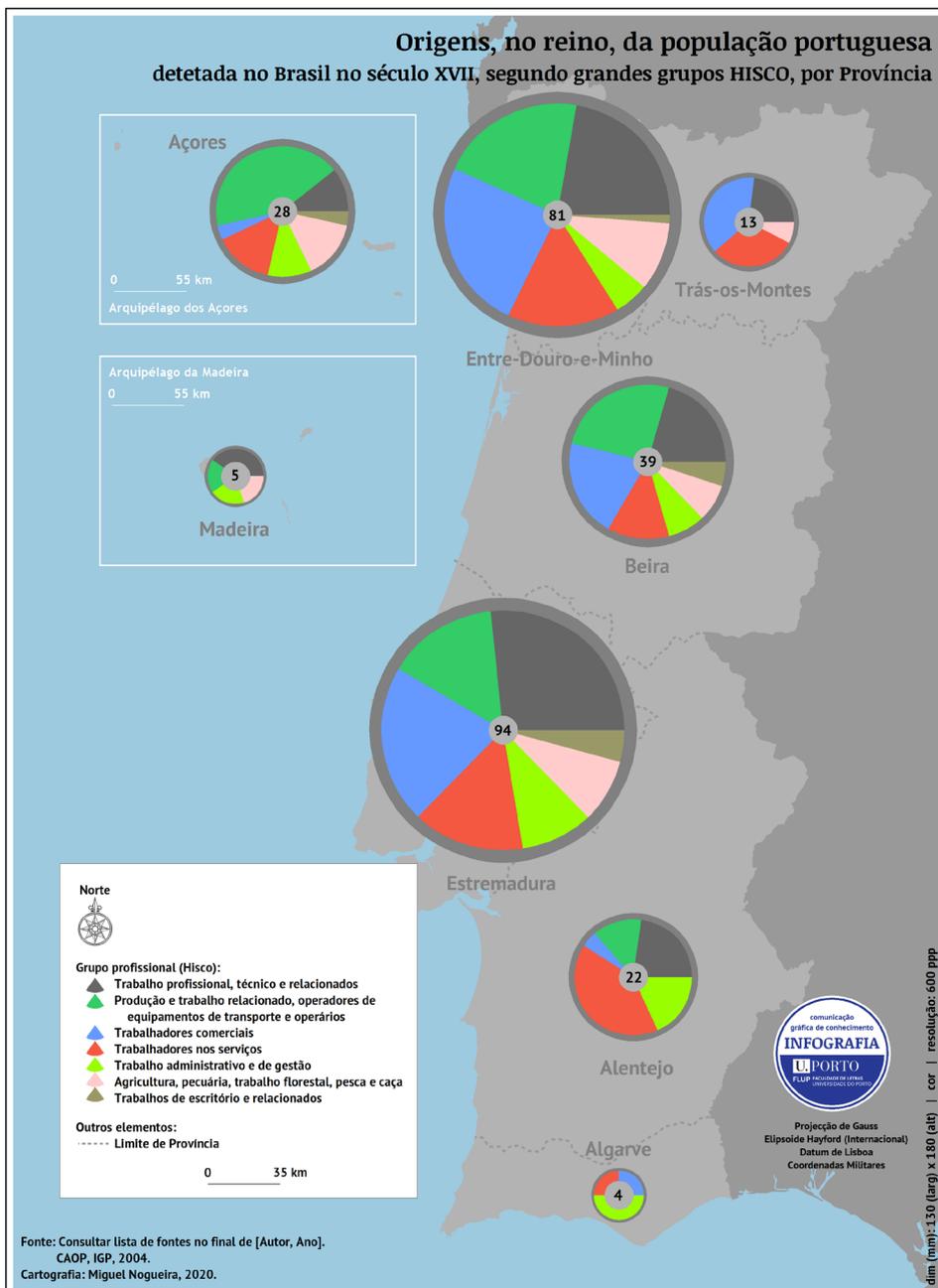
Na segunda metade do século, com o crescimento económico e demográfico a que assistem, Maranhão, Grão-Pará e Rio de Janeiro começam a ser mais vezes referidos. É a maior presença de clérigos, acompanhada por um crescimento dos embates contra os diversos inimigos, que incrementa estes números (CHAMBOULEYRON, 2010, p. 79). A produção agrária, focada no açúcar, mas com mais alternativas, especialmente na Amazónia do ouro vermelho – os indígenas – e das drogas do sertão, permite também uma maior presença de efetivos portugueses (SCHWARTZ, 1998, p. 215; CORRÊA, 2011, p. 48). Ainda assim, coube à Coroa, ao longo do século XVII, financiar a passagem de muitos açorianos para o Maranhão, dada a imensidão do espaço e a necessidade de o ocupar e rentabilizar (CHAMBOULEYRON, 2010, p. 33). Assim, aumentaram os números daqueles que exerceram as mais diversas ocupações, pois também aumentou o número de oportunidades e as necessidades alimentares e de produtos manufaturados dessas populações, quer produzidos *in loco*, quer trazidos do reino.

Na última década deste estudo, a importância do Rio de Janeiro está já em crescendo. Não só o crescimento da própria cidade, que se tornou um porto importante a partir de 1660 (RUSSELL-WOOD, 1998b, p. 117), pode ter influenciado estes resultados, mas também a intensificação da presença da atividade inquisitorial na região. A descoberta de ouro nas Minas Gerais, que viria a alterar toda a dinâmica brasileira e faria crescer a cidade do Rio de Janeiro como porta de escoamento do metal precioso, pode ter o seu efeito nestes resultados (SCHWARTZ, 1987, p. 128).

Por fim, vale a pena olhar para as origens, no reino, que foram possíveis determinar. Apesar de ser apenas referente a uma pequena parte da população para a qual foi possível apurar a ocupação, os dados podem ser indicativos quanto ao peso de cada uma das províncias e arquipélagos na população portuguesa no Brasil.

Mapa 2

Origens, no reino, da população portuguesa detetada no Brasil no século XVII, segundo grupos principais HISCO, por província



Fontes: Ver lista final de fontes.

Como se pode observar no Mapa 2, a distribuição das ocupações por origens no reino é bastante equitativa em termos proporcionais, não parecendo haver uma especial conexão entre os pontos de origem e as ocupações exercidas. Ainda assim, em detalhe, as ocupações ligadas às atividades marítimas estão mais concentradas nas populações naturais dos portos do reino na região do Entre Douro e Minho e da Estremadura, tais como Porto, Viana, Matosinhos, Lisboa e Peniche.

Quanto às naturalidades *per se*, a Estremadura, com forte contribuição de Lisboa, é a província de origem mais vezes mencionada. Juntamente com o Entre Douro e Minho, representam 61,8% das naturalidades desta população. Se o número de menções ao Noroeste do reino já era esperado (RUSSELL-WOOD, 1998b, p. 117-118), a contribuição da Estremadura em valores tão elevados é uma novidade (OTT, 1955, p. 46-47; PEDREIRA, 2001, p. 55). É sabido que, de Lisboa, partia muita gente em direção aos portos brasileiros, assim como do Porto, Viana, Caminha ou de Vila do Conde (STUDNICKI-GIZBERT, 2007, p. 48), mas neste caso, tratavam-se principalmente de pessoas que se dirigiam à cidade para depois partir. O que os dados expostos revelam é uma partida, de facto, da população da própria província. Se estes habitantes se deslocavam depois para áreas em concreto do território americano, formando comunidades conterrâneas em áreas ainda pouco estudadas, ou se era de tal modo dispersa que aparece sempre minimizada nos estudos existentes é uma questão que deverá ser abordada em trabalhos futuros com uma amostra de estudo maior. No entanto, o fator de disponibilidade, visto muitas embarcações partirem da cidade de Lisboa com destino aos portos americanos, pode ter representado um grande agente motivador (SCHWARTZ, 1998, p. 217).

Os demais espaços aparecem muito menos representados, sendo, por exemplo, os Açores e a Madeira áreas de recrutamento para povoar a Amazônia ao longo do século XVII (CHAMBOULEYRON, 2010, p. 33-34). O Alentejo, durante o período da Guerra de Restauração, concentrou um grande número de tropas que, depois de desmobilizarem, migraram para o Brasil em busca de novos feitos militares, justificando algumas destas partidas – assim o demonstram alguns percursos detetados na documentação, sendo daqui a maior proporção do grupo 5. O Algarve, como é sobejamente conhecido, mantinha uma maior ligação com a vizinha Andaluzia e a rota das Índias, estando a sua população menos representada no Brasil (RODRIGUES, 1997, p. 192). Isso justifica o seu último posto nas origens dos migrantes.

Considerações finais

Este estudo procurou integrar as abordagens sobre análise das ocupações e do trabalho no Brasil da época moderna a uma visão mais global. Não pela inclusão do Brasil numa comparação com outros espaços relativa ao peso das diferentes ocupações nesta cronologia, realidade ainda distante, mas pela abertura desta porta com uma tentativa de inserção das ocupações da época moderna num sistema de classificação internacional.

Para o fazer, foi necessário levantar as ocupações de um longo período cronológico, o século XVII. Só assim, com um grande registo de ocupações, seria possível utilizar este sistema de forma eficaz, criando uma base que permita a investigação transnacional avançar.

A partir desta abordagem, foram demonstradas algumas leituras passíveis de serem feitas quando cruzadas com os contextos locais, inserindo os valores obtidos em circunstâncias e conjunturas que os tornem inteligíveis. O trabalho numa perspetiva local, como amiúde é feito, mas inserido num sistema internacional de classificação é essencial para o desenvolvimento deste tema. Só a partir de uma minuciosa investigação dos diversos espaços é possível afinar os resultados aqui apresentados e, porventura, reinterpretar os dados à luz de circunstâncias e conjunturas locais.

Quanto ao que foi possível apurar, esta população, com uma origem concentrada, no reino, na Estremadura e no Entre Douro e Minho, estava integrada na economia local, com grande enfoque na produção açucareira, mas também demonstra a preocupação com a administração do território, a missionação das suas gentes e a constante demanda de tropas capazes de impor a vontade da Coroa frente a outras entidades europeias e garantir a paz da população integrada na colónia contra indígenas.

Fontes

Processos inquisitoriais. Processos 1536/1821, Inquisição de Lisboa 1536/1821, Tribunal do Santo Ofício 1536/1821. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Processos: 135; 306; 560; 774; 936; 1290; 1292; 1406; 1462; 1465; 1513; 1717; 1770; 1773; 1778; 1848; 2075; 2674; 2686; 2758; 2816; 2840; 2840-1; 3081; 3157; 3259; 3382; 3618; 3641; 3648; 3653; 3654; 3662; 3666; 3953; 4044; 4230; 4452; 4487; 4565; 4602; 4702; 4786; 4789; 4847; 5212; 5368; 5391 5411; 5411-1; 5422; 5436; 5556; 5586; 5722; 5724; 5847; 5912; 5964; 6555; 6296; 6702; 6997; 7092; 7214; 7276; 7338; 7360; 7383; 7394; 7467; 7523; 7532; 7533; 7613; 7709; 7820; 7839; 7847; 8074; 8448; 8457; 8462; 8799; 8836; 8991; 9077; 9315; 9457; 9527; 9668; 9723; 9725; 10018; 10022; 10026; 10068; 10101; 10181; 10191; 10222; 10264; 10291; 10473; 10727; 10728; 10890; 11278; 11362; 11388; 11423; 11438; 11550; 11562; 11575; 11618; 11756; 11825; 11973; 12242; 12556; 12658; 13076; 17999.

Diligência de habilitação. Diligências de Habilitação para o cargo de familiar do Santo Ofício de Pedro Martins Negrão, casado com Maria de Moura. Diligências de habilitação, Diligências de habilitação, Ministros e Familiares, Conselho Geral do Santo Ofício 1569/1821, Tribunal do Santo Ofício 1536/1821. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Pedro, mç. 41, doc. 718, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Diligência de habilitação. Diligência de Habilitação de Francisco Monteiro Mendes. Diligências de habilitação, Diligências de habilitação, Ministros e Familiares, Conselho Geral do Santo Ofício 1569/1821, Tribunal do Santo Ofício 1536/1821. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Francisco, mç. 6, doc. 232, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Diligência de habilitação. Diligência de Habilitação de Manuel Fernandes Franco. Diligências de habilitação, Diligências de habilitação, Ministros e Familiares, Conselho Geral do Santo Ofício 1569/1821, Tribunal do Santo Ofício 1536/1821. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Manuel, mç. 10, doc. 292, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Diligência de habilitação. Diligências de Habilitação para o cargo de familiar do Santo Ofício de João Peixoto Viegas. Diligências de habilitação, Diligências de habilitação, Ministros e Familiares, Conselho Geral do Santo Ofício 1569/1821, Tribunal do Santo Ofício 1536/1821. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, João, mç. 5, doc. 194, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Diligência de habilitação. Diligência de habilitação de Inácio de Matos. Diligências de habilitação, Diligências de habilitação, Ministros e Familiares, Conselho Geral do Santo Ofício 1569/1821, Tribunal do Santo Ofício 1536/1821. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Inácio, mç. 2, doc. 18, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

Diligência de habilitação. Diligência de Habilitação de João Antunes Viana. Diligências de habilitação, Diligências de habilitação, Ministros e Familiares, Conselho Geral do Santo Ofício 1569/1821, Tribunal do Santo Ofício 1536/1821. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, João, mç. 12, doc. 354, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

- Diligência de habilitação. Diligência de Habilitação de João do Couto de Andrade. Diligências de habilitação, Diligências de habilitação, Ministros e Familiares, Conselho Geral do Santo Ofício 1569/1821, Tribunal do Santo Ofício 1536/1821. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, João, mç. 18, doc. 456, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- Diligência de habilitação. Diligência de Habilitação de Gonçalo Ferreira Souto. Diligências de habilitação, Diligências de habilitação, Ministros e Familiares, Conselho Geral do Santo Ofício 1569/1821, Tribunal do Santo Ofício 1536/1821. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Gonçalo, mç. 3, doc. 68, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- Diligência de habilitação. Diligência de Habilitação de Carlos Antunes de Matos. Diligências de habilitação, Diligências de habilitação, Ministros e Familiares, Conselho Geral do Santo Ofício 1569/1821, Tribunal do Santo Ofício 1536/1821. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Carlos, mç. 1, doc. 5, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- Diligência de habilitação. Diligência de Habilitação de Lourenço Gomes Ferraz. Diligências de habilitação, Diligências de habilitação, Ministros e Familiares, Conselho Geral do Santo Ofício 1569/1821, Tribunal do Santo Ofício 1536/1821. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Lourenço, mç. 3, doc. 51, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- Mercê. 07/01/1641. Livro 5, fl. 1-1v, Mercês da Torre do Tombo 1641/1654, Registo Geral de Mercês 1659/1949. Registo Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo, liv. 5, f. 1-1v, Arquivo Nacional da Torre do Tombo.
- Requerimento. 16/02/1619. Requerimento do capitão donatário da capitania de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho, por seu procurador Aires Tavares, ao rei [D. Filipe II], pedindo cópia do traslado da carta régia passada ao dito capitão, em que ordena o socorro à capitania do Pará com dinheiro da Fazenda Real, alimentos, gente e munições. PERNAMBUCO, Cx. 1 1590-12-05/1620-09-25, Pernambuco 1590/1825, Conselho Ultramarino 1530-03-24/1833-08-30. AHU_CU_PERNAMBUCO, Cx. 1, D. 63, Arquivo Histórico Ultramarino.
- Consulta. 27/12/1635. Consulta do Conselho da Fazenda ao rei [D. Filipe III], sobre o requerimento do capitão Sebastião de Lucena de Azevedo, solicitando pagamento dos soldos atrasados e dos socorros que prestou a vários portos de Pernambuco, enquanto capitão da caravela São Francisco Xavier. BRASIL-GERAL, Cx. 1 1610/1692-06-21, Brasil-Geral 1610/1832, Conselho Ultramarino 1530-03-24/1833-08-30. AHU_CU_BRASIL-GERAL, cx. 1, D. 17, Arquivo Histórico Ultramarino.
- Carta. 20/08/1647. Carta do capitão do Pará, Sebastião de Lucena de Azevedo, ao rei D. João IV, sobre a chegada de oito navios holandeses a Garupá, e consequentes medidas para proteger a fortaleza de possíveis ataques. MARANHÃO, Cx. 2 1641-01-08/1647, Maranhão 1614/1833, Conselho Ultramarino 1530-03-24/1833-08-30. AHU_CU_MARANHÃO, Cx. 2, D. 219, Arquivo Histórico Ultramarino.

- Carta. 20/04/1648. Carta do ex-governador do Pará, Sebastião de Lucena de Azevedo, ao rei D. João IV, sobre a injustiça de ter sido destituído do seu cargo de governador. MARANHÃO, Cx. 3 1648-01-15/1655-12-31, Maranhão 1614/1833, Conselho Ultramarino 1530-03-24/1833-08-30. AHU_CU_MARANHÃO, Cx. 3, D. 243, Arquivo Histórico Ultramarino.
- Requerimento. 18/10/1634. Requerimento do capitão Aires de Sousa Chichorro para o rei [D. Filipe III], pedindo remuneração pelos serviços prestados à Coroa nas conquistas do Maranhão e Pará. PARÁ, Cx. 1 1616-09-18/1654-07-29, Pará 1616/1833, Conselho Ultramarino 1530-03-24/1833-08-30. AHU_CU_PARÁ, Cx. 1, D. 36, Arquivo Histórico Ultramarino.
- Carta. 28/02/1655. Carta do capitão-mor do Grão-Pará, Aires de Sousa Chichorro, para o rei [D. João IV], dando conta do estado em que encontrou a capitania quando tomou posse do cargo e do rendimento da dízima; informa que envia presos, para o Reino, o capitão das duas Companhias do presídio, Domingos Machado, o capitão da fortaleza de Gurupá, Domingos Caldeira e o seu alferes, Henrique Bravo, presos pelos crimes de rebelião, motim e desobediência ao capitão-mor. PARÁ, Cx. 2 1655-01-25/1680-12-23, Pará 1616/1833, Conselho Ultramarino 1530-03-24/1833-08-30. AHU_CU_PARÁ, Cx. 2, D. 90, Arquivo Histórico Ultramarino.
- Carta. Anterior a 15/11/1668. Representação dos Oficiais da Câmara de Vitória ao rei [D. Pedro II] a pedirem a permanência pelos serviços prestados na defesa desta capitania e dos donativos enviados no descobrimento das minas de esmeraldas do capitão Antônio Mendes de Figueiredo na dita Vila. ESPÍRITO SANTO, Cx. 1 1585-04-23/1699-02-12, Espírito Santo 1618/1832, Conselho Ultramarino 1530-03-24/1833-08-30. AHU_CU_ESPÍRITO SANTO, Cx. 1, D. 72, Arquivo Histórico Ultramarino.

Referências Bibliográficas

- ALBINO, Matheus Alves. *Revelando a doença e a morte: morbidade e mortalidade em Campinas, 1875-1900*. Dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2020.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul – séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- ÁLVAREZ SANTOS, Javier Luis. *Los Portugueses en Tenerife en Tiempos de la Unión Ibérica*. 2015. Tese de Doutorado, Departamento de Historia, Facultad de Humanidades de la Universidad de La Laguna, 2015.
- BARROS, Amândio Jorge Morais. Minas e Açúcares: notas sobre a evolução da economia brasileira (1554-1573). In: GARRIDO, Álvaro; COSTA, Leonor Freire; DUARTE, Luís Miguel (org.). *Estudos em Homenagem a Joaquim Romero Magalhães: economia, instituições e Império*. Coimbra: Almedina, 2012, p. 311-336.
- BARROS, Amândio Jorge Morais. *Porto: a construção de um espaço marítimo no início dos tempos modernos*. Lisboa: Academia de Marinha, 2016.

- BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália*. Lisboa: Temas e Debates, 1996.
- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Categorias de diferenças: ocupação, “raça” e condição social no Brasil do século XIX. *Locus: revista de história*. Juiz de Fora, v. 14, n.º. 1, 2008, p. 195–228.
- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues. Labour Ideologies and Labour Relations in Colonial Portuguese America, 1500–1700. *International Review of Social History* 56, n.º. especial, 2011, p. 275–296. Doi: <https://doi.org/10.1017/S0020859011000435>.
- BOTELHO, Tarcísio Rodrigues *et al.* HISCO (Historical International Standard Classification of Occupation): construindo uma codificação de ocupações para o passado brasileiro. In: XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP. Disponível em: <<http://www.fss.uu.nl>>. Acesso em: 26/04/2021.
- BRAGA, Isabel Maria Ribeiro Mendes Drumond. *Bens de Hereges: Inquisição e cultura material - Portugal e Brasil (séculos XVII-XVIII)*. Coimbra: Imprensa Universitária da Universidade de Coimbra, 2012.
- CARRARA, Angelo Alves. A população do Brasil, 1570–1700: uma revisão historiográfica. *Revista Tempo*. Niterói, v. 20, 2014, p. 1–21. Doi: <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X-2014203619eng>.
- CARDOSO, Diogo Andrade. A especialização profissional como fator de emigração para os territórios ultramarinos nos séculos XVI e XVII. *Análise Social*. Lisboa, v. 53, LIII, n. 226, 2018, p. 162–185.
- CEBALLOS, Rodrigo. *Arribadas Portuguesas: A participação luso-brasileira na constituição social de Buenos Aires (c. 1580-c. 1650)*. Tese de doutoramento, História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2008.
- CHAMBOULEYRON, Rafael. *Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)*. Belém: Açaí, 2010.
- CONCEIÇÃO, Héliida Santos. *O sertão e o império: As vilas do ouro na capitania da Bahia (1700-1750)*. Tese de doutoramento, História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.
- CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. *Para aumento da conquista e bom governo dos moradores: O papel da Câmara de São Luís na conquista, defesa e organização do território do Maranhão (1615-1668)*. Tese de doutoramento, História, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2011.
- CUNHA, Mafalda Soares da. A Europa que atravessa o Atlântico (1500–1625). In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, v. 1: 1443–1580, p. 271–314.
- DODGE, Cameron J. G. A Forgotten Century of Brazilwood: the brazilwood trade from the mid–sixteenth to mid–seventeenth century. *e-Journal of Portuguese History*. Porto, v. 16, n. 1, 2018, p. 1–27. Doi: <http://dx.doi.org/10.7301/Z0VH5MBT>.
- ELTIS, David. Free and Coerced Migrations from the Old World to the New. In: ELTIS, David (ed.). *Coerced and Free Migration: global perspectives*. Stanford: Stanford University Press, 2002, p. 34–74.
- FEITLER, Bruno Guilherme. Usos políticos del Santo Oficio Portugués en el Atlántico (Brasil y África Occidental): el período filipino. *Hispania Sacra*, n. 119, 2007, p. 269–291.

- FERNANDES, Mayara de Camargo. *Imigração e ocupação em Campinas do final do século XIX ao início do século XX*. Dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, 2016.
- FERNANDES, Paula Guilhermina de Carvalho. *Trabalho e alojamento no Porto nos finais do Antigo Regime: estruturas e dinâmicas socioeconômicas e urbanas (1800-1833)*. 2 vols. Tese de doutoramento, Departamento de História, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Instituto Universitário de Lisboa, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10071/11820>>. Acesso em: 26 abr. 2021.
- FLORY, Rae; SMITH, David Grant. Bahian Merchants and Planters in the Seventeenth and Early Eighteenth Centuries. *The Hispanic American Historical Review*. Durham, v. 58, n. 4, 1978, p. 571-594.
- FONSECA, Hélder Adegar; GUIMARÃES, Paulo Eduardo. Social mobility in Portugal (1860-1960): operative issues and trends. *Continuity and Change*, v. 24, n. 3, 2009, p. 513-546. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10174/6811>>. Acesso em: 26 abr. 2021. Doi: <https://doi.org/10.1017/S026841600999018X>.
- FRAGOSO, João. A Nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII). *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2000, p. 45-122. Doi: <https://doi.org/10.1590/2237-101X001001002>.
- GUEDES, Roberto. Ofícios mecânicos e mobilidade social: Rio de Janeiro e São Paulo (Sécs XVII-XIX). *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, 2006, p. 379-423. Doi: <https://doi.org/10.1590/2237-101X007013004>.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *A Estrutura na Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1971.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. L'Émigration Portugaise (XVe-XXe siècles): une constante structurale et les réponses aux changements du monde. *Revista de História Económica e Social*. Lisboa, n. 1, 1978, p. 5-32.
- HANKE, Lewis. *The Imperial City of Potosí: An unwritten chapter in the history of Spanish America*. Haia: Martinus Nijhoff, 1956.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. A Instituição do Governo Geral. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 15ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, tomo I: A Época Colonial, vol. 1: Dos Descobrimentos à Expansão Territorial, p. 123-155.
- JOHNSON, Harold. Desenvolvimento e expansão da economia brasileira. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, António Henrique de Oliveira (dir.). *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992, vol. VI: O Império Luso-Brasileiro (1500-1620), p. 205-302.
- JOHNSON, Harold. Portuguese settlement, 1500-1580. In: BETHELL, Leslie (ed.). *Colonial Brazil*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1987, p. 1-38.
- KEITH, Henry H. New World Interlopers: The Portuguese in the Spanish West Indies, from the discovery to 1640. *The Americas*. Nova Iorque, v. 25, n. 4, 1969, p. 360-371.
- LAFUENTEMACHAIN, Ricardo de. *Los Portugueses en Buenos Aires (Siglo XVII)*. [s.l.]: [s.n.], 1951.
- LEE, Everett S. A Theory of Migration. *Demography*, v. 3, n. 1, 1966, p. 47-57.

- LEEUVEN, Marco H. D. van; MAAS, Ineke. Historical Studies of Social Mobility and Stratification. *Annual Review of Sociology*. Palo Alto, v. 36, 2010, p. 429-451. Doi: <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.012809.102635>.
- LEEUVEN, Marco H. D. van; MAAS, Ineke; MILES, Andrew. Creating a Historical International Standard Classification of Occupations: an exercise in multinational interdisciplinary cooperation. *Historical Methods: a journal of quantitative and interdisciplinary history*, v. 37, n. 4, 2004, p. 186-197. Doi: <https://doi.org/10.5200/HMTS.37.4.186-197>.
- LEEUVEN, Marco H. D. van; MAAS, Ineke; MILES, Andrew. *HISCO – Historical International Standard Classification of Occupations*. Leuven: Leuven University Press, 2002.
- LIVI BACCI, Massimo. 500 anos de demografia brasileira: uma resenha. *Revista brasileira de estudos de população*. v. 19, n. 1, 2002, p. 141-159.
- MADUREIRA, Nuno Luis; ALMEIDA, Maria Antónia; ESPERANÇA, Rui. Portuguese Hiscodes. In: *HISCOdes for Portugal (PACO) and Sweden (Stockholm City Archives)*. Amsterdão: International Institute for Social History, 2001, HISMA Occasional Papers and Documents Series n. 5, 2001, p. 95-168.
- MADUREIRA, Nuno Luis. Portuguese Historical Occupations. In: *HISCOdes for Portugal (PACO) and Sweden (Stockholm City Archives)*. Amsterdão: International Institute for Social History, 2001, HISMA Occasional Papers and Documents Series n. 5, 2001, p. 75-94.
- MARCÍLIO, Maria Luiza. The population of colonial Brazil. In: BETHELL, Leslie (ed.). *The Cambridge History of Latin America*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, v. II: Colonial Latin America, p. 37-63.
- MARTINIÈRE, Guy. A implantação das estruturas de Portugal na América (1620-1750). In: SERRÃO, Joel; MARQUES, António Henrique de Oliveira (dir.). *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991, v. VII: O império luso-brasileiro 1620-1750, p. 91-261.
- MAURO, Frédéric. Political and economic structures of empire, 1580-1750. In: BETHELL, Leslie (ed.). *Colonial Brazil*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1987, p. 39-66.
- MAURO, Frédéric. *Portugal, o Brasil e o Atlântico (1570-1670)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- MEA, Elvira Cunha de Azevedo. O Santo Ofício português: da legislação à prática. In: POLÓNIA, Amélia; RIBEIRO, Jorge Martins; RAMOS, Luís António de Oliveira (org.). *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*. Porto: FLUP, 2001, p. 165-174.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil. Portugal, os Países Baixos e o Nordeste (1641-1669)*. Lisboa: CNCDP, 2001.
- MOREIRA, Manuel António Fernandes. *Os Vianenses na Construção do Novo Mundo (sécs. XVI-XVII)*. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo, 2008.
- OTT, Carlos B. *Formação e Evolução Étnica da Cidade do Salvador: o folclore baiano*. Salvador: Tipografia Manú Editora, 1955.
- PEDREIRA, Jorge Miguel. Brasil, Fronteira de Portugal: negócio, emigração e mobilidade social (séculos XVII e XVIII). *Anais da Universidade de Évora*. Évora, Separata, n. 8-9, 2001, p. 47-72.

- PEREIRA, Ana Margarida Santos. Terceira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil: Capitânicas do Sul, 1627–1628. *POLITEIA: História e Sociedade*. Vitória da Conquista, v. 11, n. 1, 2011, p. 35–60.
- PÉTRÉ–GRENOUILLE, Olivier. Maritime powers colonial powers: the role of migration (c. 1492–1792). In: KLOOSTER, Wim (ed.). *Migration, Trade and Slavery in an Expanding World: essays in honor of Pieter Emmer*. Leiden/Boston: Brill, 2009, p. 45–71
- POLÓNIA, Amélia. *A Expansão Ultramarina numa Perspectiva Local: o porto de Vila do Conde no século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional–Casa da Moeda, 2007.
- QUIRINO, Tarcízio do Rêgo. *Os Habitantes do Brasil no Fim do Século XVI*. Recife: Imprensa Universitária, 1966.
- REPARAZ, Gonçalo. *Os Portugueses no Vice-reinado do Peru (séculos XVI e XVII)*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1976.
- REZENDE, Tadeu Valdir Freitas de. *A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial: a definição das fronteiras*. Tese de doutoramento, História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.
- RICUPERO, Rodrigo. O Brasil e Felipe IV: uma aproximação. In: MEGIANI, Ana Paula Torres; SANTOS PÉREZ, José Manuel; SILVA, Kalina Vanderlei (org.). *O Brasil na Monarquia Hispânica (1580-1668)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016, p. 145–155.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira. As Estruturas Populacionais. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997, v. 3: No Alvorecer da Modernidade (1480–1620), p. 179–217.
- RODRIGUES, Teresa Ferreira. As vicissitudes do povoamento nos séculos XVI e XVII. In: RODRIGUES, Teresa Ferreira (coord.). *História da População Portuguesa*. Porto: CEPESE, 2008, p. 159–246.
- RUSSELL–WOOD, Anthony John R. Fluxos de Emigração. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.). *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998a, vol. 1: A Formação do Império (1415–1570), p. 224–237.
- RUSSELL–WOOD, Anthony John R. Ritmos e Destinos de Emigração. In: BETHENCOURT, Francisco (dir.); CHAUDHURI, Kirti (dir.). *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998b, v. 2: Do Índico ao Atlântico (1570–1697), p. 114–125.
- RUSSELL–WOOD, Anthony John R. *Um Mundo em Movimento: os portugueses em África, Ásia e América (1415-1808)*. Algés: DIFEL, 1998c.
- SCHWARTZ, Stuart. A “Babilónia” Colonial: a economia açucareira. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.). *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998, v. 2: Do Índico ao Atlântico (1570–1697), p. 213–231.
- SCHWARTZ, Stuart. Plantations and peripheries, c.1580–c.1750. In: BETHELL, Leslie (ed.). *Colonial Brazil*. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1987, p. 67–144.
- SCHWARTZ, Stuart. *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia, 1550–1835*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. “*Nas solidões vastas e assustadoras*” – os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Tese de doutoramento, História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

- SILVA, Mairton Celestino da. *Um caminho para o Estado do Brasil: Colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800*. Tese de doutoramento, História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2016.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Sociedade, instituições e cultura. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, António Henrique de Oliveira (dir.). *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992, v. 6: O império luso-brasileiro 1500-1620, p. 303-551.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Soldados, casais e índios no povoamento da nova colônia. In: *Colóquio internacional Território e Povoamento: a presença portuguesa na região platina*. Lisboa: Instituto Camões, 2004, p. 1-25.
- SIQUEIRA, Sonia Aparecida de. *A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1978.
- SMITH, David Grant. *The Mercantile Class of Portugal and Brazil in the Seventeenth Century: a socioeconomic study of the merchants of Lisbon and Bahia*. Ann Arbor: University Microfilms International, 1985.
- SOUZA, Grayce Mayre Bonfim. *Para Remédio das Almas: comissários, qualificadores e notários da Inquisição portuguesa na Bahia Colonial*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2014.
- STUDNICKI-GIZBERT, Daviken. *A Nation Upon the Ocean Sea: Portugal's Atlantic diaspora and the crisis of the Spanish Empire, 1492-1640*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2007.
- SULLÓN BARRETO, Gleydi. *Vasallos y extranjeros: portugueses en la Lima virreinal, 1570-1680*. Tese de doutoramento, Historia de América I, Facultad de Geografía e Historia, Universidad Complutense de Madrid, 2014.
- VILARDAGA, José Carlos. Fronteiras instáveis e alianças cambiantes: a ocupação colonial do Guairá e as relações entre Villa Rica del Espiritu Santo e São Paulo de Piratininga entre os séculos XVI e XVII. *Revista de Índias*. Madrid, v. 79, n. 277, 2019, p. 659-695. Doi: <https://doi.org/10.3989/revindias.2019.019>.
- VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, [s.d.].
- VENTURA, Maria da Graça Alves Mateus. *Portugueses no Peru ao Tempo da União Ibérica: mobilidades, cumplicidades e vivências*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.
- WRIGLEY, Edward Anthony. *The PST system of classifying occupations*. Disponível em: <<https://www.campop.geog.cam.ac.uk/research/projects/occupations/britain19c/papers/paper1.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2020.

Recebido: 20/11/2020 – Aprovado: 31/05/2021

Editores Responsáveis

Miriam Dolhnikoff e Miguel Palmeira